

DA ATUAÇÃO EMPÍRICA À PRODUÇÃO CIENTÍFICA INSTITUCIONAL: A EXPERIÊNCIA DA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ

FROM EMPIRICAL PRACTICE TO INSTITUTIONAL SCIENTIFIC PRODUCTION: THE EXPERIENCE OF THE MILITARY POLICE OF PARÁ

Agrimoaldo José e Silva Junior¹

RESUMO: Este artigo analisa a incorporação da produção científica na organização das Polícias Militares, com foco na experiência recente da Polícia Militar do Pará (PMPA). A pesquisa adota abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica e análise de documentos legais e institucionais. Os resultados indicam que, por longo período, a atuação policial esteve centrada na prática operacional, com pouca valorização do conhecimento científico. Contudo, observa-se um processo de transformação institucional na PMPA, marcado pela criação de normas, padronização de procedimentos, estruturas internas voltadas à pesquisa e parcerias com universidades. O estudo é importante por demonstrar que a institucionalização da produção científica contribui para a qualificação profissional, o aprimoramento da gestão e o fortalecimento da segurança pública.

Palavras-chave: Polícia Militar. Produção Científica. Segurança Pública.

ABSTRACT: This article analyzes the incorporation of scientific production into the organizational structure of Military Police forces, focusing on the recent experience of the Military Police of Pará (PMPA). The study adopts a qualitative approach, based on a bibliographic review and the analysis of legal and institutional documents. The results indicate that, for a long period, police activity was primarily centered on operational practice, with limited appreciation of scientific knowledge. However, an institutional transformation process can be observed within the PMPA, marked by the establishment of regulations, the standardization of procedures, the creation of internal research-oriented structures, and partnerships with universities. The importance of this study lies in demonstrating that the institutionalization of scientific production contributes to professional qualification, improved organizational management, and the strengthening of public security.

7463

Keywords: Military Police. Scientific Production. Public Security.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a atuação das Polícias Militares brasileiras foi marcada por um modelo organizacional fortemente orientado pela hierarquia, pela disciplina e pela resposta operacional imediata, com reduzido espaço para a reflexão crítica e para a produção sistematizada de conhecimento. A literatura clássica sobre segurança pública no Brasil destacou que o saber

¹ 3º Sargento da polícia militar do Pará. pós-graduação lato sensu em segurança Pública- Facuminas- Faculdade de Minas. Graduação em Tecnologia de Segurança Pública pela Uniasselvi- Centro Universitário Leonardo da Vinci.

policial se estruturava predominantemente a partir da experiência empírica cotidiana, transmitida de forma informal no interior das corporações, em detrimento de fundamentos teóricos, científicos e pedagógicos consolidados (KANT DE LIMA, 1995; MUNIZ, 1999). Esse cenário contribuiu para a consolidação de uma imagem institucional associada a práticas coercitivas e pouco alinhadas a parâmetros democráticos e cidadãs (CALDEIRA, 2000; ZAFFARONI, 2007).

Embora tais análises sejam fundamentais para a compreensão histórica do modelo policial brasileiro, elas refletem um recorte temporal específico e, em muitos casos, não acompanham as transformações institucionais observadas nas últimas décadas. A partir das reformas administrativas do Estado, da adoção de novos modelos de gestão pública e da consolidação de políticas nacionais de segurança, observa-se uma reconfiguração do papel das Polícias Militares, especialmente no que se refere à formação profissional, à incorporação de práticas preventivas e à valorização da produção científica como instrumento de qualificação institucional (VEIGA; SOUZA, 2018; OLIVEIRA; JACONDINO, 2022).

Nesse contexto, a produção científica militar passa a ser compreendida como fenômeno institucional, vinculada à governança, ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento organizacional das corporações policiais. O fortalecimento da educação permanente, o estímulo à pesquisa aplicada, a aproximação com universidades e a criação de estruturas internas voltadas à ciência e à inovação indicam uma transição progressiva de um modelo exclusivamente operacional para uma organização que produz, sistematiza e aplica conhecimento científico em suas práticas (SENTONE, 2023; SILVA, 2022).

Apesar desses avanços normativos e institucionais, persiste, no debate acadêmico e institucional, a necessidade de compreender em que medida tais transformações se materializam de forma efetiva no interior das corporações policiais militares. Diante disso, coloca-se como problema de pesquisa a seguinte questão: de que maneira a produção científica foi institucionalizada na Polícia Militar do Pará e como esse processo contribui para a transição de um modelo policial historicamente empírico-operacional para uma organização orientada pela produção, sistematização e aplicação do conhecimento científico?

Com base nesse problema, o presente artigo tem como objetivo analisar o processo de institucionalização da produção científica no âmbito das Polícias Militares brasileiras, com recorte específico na trajetória recente da Polícia Militar do Pará (PMPA), buscando compreender como normas jurídicas, estruturas organizacionais, instrumentos de governança e

parcerias acadêmicas têm contribuído para o amadurecimento institucional da corporação e para o fortalecimento da segurança pública contemporânea.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza descritiva e interpretativa, com abordagem documental e bibliográfica, tendo como objetivo compreender o processo de institucionalização da produção científica no âmbito das Polícias Militares brasileiras, com recorte específico na trajetória recente da Polícia Militar do Pará (PMPA). O estudo busca analisar a transição de um modelo historicamente centrado na prática operacional empírica para uma organização que incorpora, de forma normativa e estrutural, a produção e a aplicação do conhecimento científico em suas práticas institucionais.

No plano bibliográfico, foram analisadas obras clássicas e contemporâneas que discutem o modelo policial brasileiro, a formação policial militar, a relação entre polícia, cidadania e democracia, bem como os impactos das reformas administrativas do Estado sobre as instituições de segurança pública. Nesse sentido, o referencial teórico foi construído a partir de autores como Kant de Lima (1995), Muniz (1999), Caldeira (2000), Zaffaroni (2007), Veiga e Souza (2018), Oliveira e Jacondino (2022), Sentone (2023) e Silva (2022), permitindo uma leitura histórica, crítica e institucional da evolução do pensamento e da prática policial no Brasil.

7465

Paralelamente, adotou-se a pesquisa documental, com análise sistemática de normas jurídicas, documentos institucionais e atos administrativos, especialmente aqueles relacionados à organização, à formação e à produção científica no interior da PMPA. Foram examinados, entre outros, a Constituição Federal de 1988, a Lei Complementar nº 053/2006 (Pará), a Lei nº 13.675/2018 (SUSP), a Portaria Interministerial nº 258-A/2010, o Plano Estratégico da PMPA 2015-2025, o Anuário PMPA 2019-2020, o Manual de Policiamento Ostensivo Geral (2024), o Manual de Normas para Elaboração de Manuais da PMPA (Resolução nº 367/2024) e a Portaria nº 186/2025-GAB CMDO/PMPA. Esses documentos foram selecionados por sua relevância normativa e por evidenciarem a incorporação formal da pesquisa científica como atribuição institucional.

A partir da leitura exploratória e seletiva do material, foram identificadas categorias analíticas centrais, tais como: (i) modelo policial tradicional e crítica acadêmica; (ii) institucionalização da formação e da pesquisa policial; (iii) estruturas organizacionais voltadas à produção científica; (iv) normatização, governança e avaliação da produção acadêmica; e (v)

integração entre PMPA e instituições de ensino superior. Essas categorias orientaram a organização dos resultados e a discussão interpretativa.

Adicionalmente, foram utilizados relatórios institucionais e fontes jornalísticas oficiais, como publicações da Agência Pará, da PMPA e da Universidade do Estado do Pará (UEPA), especialmente no que se refere às parcerias acadêmicas, cursos de idiomas e eventos científicos realizados no contexto de preparação para a COP-30. Tais fontes complementaram a análise documental, permitindo observar a materialização prática das diretrizes normativas e estratégicas no cotidiano institucional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Autores como Kant de Lima (1995) e Muniz (1999) apontaram que o modelo policial brasileiro, em especial o militar, historicamente privilegiou a obediência hierárquica e a ação coercitiva em detrimento da reflexão crítica e da produção sistematizada de conhecimento. Nesse sentido, a atuação policial foi frequentemente descrita como orientada por saberes práticos informais, transmitidos no cotidiano das corporações, sem o devido respaldo teórico ou científico.

Caldeira (2000), ao analisar as relações entre polícia, violência e cidadania, destacou que as forças policiais brasileiras passaram a ser associadas, no imaginário social e acadêmico, a práticas autoritárias e truculentas, frequentemente desvinculadas de parâmetros democráticos e de uma formação voltada à mediação de conflitos e à garantia de direitos. Esse diagnóstico reforçou a percepção de que os agentes de segurança pública careciam de formação acadêmica sólida e de espaços institucionais para reflexão e pesquisa.

7466

No mesmo sentido, Zaffaroni (2007) criticou os modelos policiais latino-americanos por operarem, historicamente, como instrumentos de controle social seletivo, sustentados por práticas pouco transparentes e escassa produção científica endógena. Para o autor, a ausência de uma cultura institucional de pesquisa contribuiu para a reprodução acrítica de métodos repressivos e para o distanciamento entre polícia e sociedade.

Essas críticas, embora relevantes para a compreensão histórica da segurança pública no Brasil, refletem um recorte temporal específico e não acompanham, em muitos casos, as transformações institucionais recentes observadas nas Polícias Militares, especialmente a partir da consolidação de políticas nacionais de formação, da aproximação com universidades e da institucionalização da produção científica no interior das corporações.

Produção Científica Militar como Fenômeno Institucional

A produção científica sobre formação policial militar no Brasil consolidou-se como um fenômeno institucional que acompanha transformações estruturais ocorridas tanto no Estado quanto nas próprias corporações militares. Conforme Veiga e Souza (2018), esse movimento não pode ser compreendido sem considerar o processo mais amplo de reestruturação estatal iniciado na década de 1970, quando a crise global do capital impulsionou reformas administrativas orientadas pelo modelo gerencial. Nesse contexto, os autores destacam que:

O processo de reforma do Estado impulsionado nos países de regime capitalista, a partir da década de 1970, infundiu um novo modelo de administração pública. A Nova Gestão Pública (NGP), orientada pelo discurso da qualidade na prestação do serviço, está fundamentada no modelo empresarial, com os objetivos de racionalizar e flexibilizar a administração pública [...] conseqüentemente, as instituições que prestam serviço de segurança pública também foram impactadas pela reforma do Estado, a começar pela concepção de segurança pública. (VEIGA; SOUZA, 2018, p. 52).

Essas transformações redefiniram o papel institucional das polícias militares, impulsionando a adoção de práticas alinhadas a uma atuação mais preventiva, participativa e orientada ao cidadão (VEIGA; SOUZA, 2018). Como ressaltam os autores, “novos modelos de policiamento que tomam esse ideal como base foram adotados desde então, como a polícia comunitária e o policiamento orientado para resolução de conflitos” (REINER, 2000; BITTNER, 2003, apud VEIGA; SOUZA, 2018, p. 52), aproximando a atividade policial de valores democráticos contemporâneos.

7467

No plano da produção acadêmica, Veiga e Souza (2018) demonstram que, entre 2001 e 2015, houve um crescimento significativo dos estudos sobre formação policial militar, indicando uma mudança na forma como as corporações passam a compreender a necessidade de qualificação técnica, pedagógica e institucional. Esse avanço está relacionado ao advento da Matriz Curricular Nacional (MCN) e ao papel da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), que estimularam a pesquisa aplicada, o diálogo com universidades e o desenvolvimento de políticas de educação policial fundamentadas em direitos humanos e na segurança cidadã, como previsto no Art 1º da Portaria Interministerial nº 258-A onde:

Art 1º - Criar, no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, o eixo tecnológico Segurança, bem como aprovar a inclusão dos cursos superiores de tecnologia em segurança pública, com carga horária mínima de 1.600 horas, em serviços penais, com carga horária mínima de 1.600 horas e em segurança do trânsito, com carga horária mínima de 1.600 horas. (BRASIL, 2010).

Esse movimento de institucionalização da pesquisa é ampliado na década seguinte. Oliveira e Jacondino (2022) destacam que a criação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), pela Lei nº 13.675/2018, fortaleceu a educação permanente e consolidou a qualificação

policial como eixo estruturante das políticas públicas de segurança. Com isso, a produção científica deixa de ser iniciativa isolada e passa a integrar estratégias de governança e desenvolvimento organizacional.

A evolução recente também pode ser observada na revisão sistemática realizada por Sentone (2023), que identifica um aumento expressivo de estudos sobre Polícia Militar a partir de 2019, abrangendo áreas como educação, gestão, operações, saúde e tecnologia. Segundo o autor, esse crescimento indica que a pesquisa acadêmica vem sendo progressivamente incorporada ao cotidiano das corporações, contribuindo para diagnósticos institucionais, inovação tecnológica, qualificação operacional e fortalecimento da governança. Contudo, Sentone observa que parte dessa produção ainda apresenta fragilidades:

[...] em que pese haja um número considerável de publicações sobre segurança pública, na mesma proporção os ensaios revelam discussões superficiais, além de poucos estudos nas áreas da educação e tecnologia, precursoras do desenvolvimento da segurança pública.” (SENTONE, 2023, p. 254).

Da formação operacional à consolidação da produção de conhecimento: a evolução institucional da Polícia Militar do Pará

A Polícia Militar do Pará (PMPA) possui uma trajetória histórica inicialmente marcada por uma organização voltada predominantemente à execução operacional da segurança pública, com ênfase no policiamento ostensivo, na preservação da ordem e na resposta direta a conflitos sociais e políticos. Conforme registrado no Anuário PMPA 2019-2020, desde sua criação em 1818 e ao longo do século XIX, a corporação esteve inserida em um contexto de instabilidade econômica, social e política, sendo estruturada para atender às necessidades imediatas do controle da ordem, com atuação fortemente baseada na prática empírica, na disciplina militar e na experiência operacional, sem a institucionalização de mecanismos formais de produção científica ou sistematização do conhecimento (POLÍCIA MILITAR DO PARÁ, 2020).

O século XIX foi um período de bastante instabilidade econômica, social e política na região, instabilidade que também foi percebida na Polícia Militar, entre outras formas, pela grande variação no número de seu efetivo, que se tornava maior ou menor de acordo com as necessidades dos governantes e pela constante troca de nomes que a instituição sofreu no decorrer do século XIX. (POLÍCIA MILITAR DO PARÁ, 2020, p. 11).

A participação da PMPA em conflitos de grande relevância histórica, como a Cabanagem, a Guerra do Paraguai e a Guerra de Canudos, reforçou o caráter eminentemente operacional da corporação, consolidando símbolos, tradições e valores associados à bravura, à hierarquia e à defesa da ordem. Embora esses eventos tenham sido fundamentais para a construção da identidade institucional, a organização permanecia orientada quase

exclusivamente para a execução de missões operacionais, sem espaços formais destinados à reflexão crítica ou à produção intelectual sistematizada (POLÍCIA MILITAR DO PARÁ, 2020).

A Constituição Federal de 1988 representou um marco jurídico ao inserir as Polícias Militares no rol dos órgãos responsáveis pela segurança pública, atribuindo-lhes a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. No âmbito estadual, essa definição foi posteriormente detalhada pela Lei Complementar nº 053/2006, que organizou a estrutura básica da PMPA, reafirmando sua natureza de instituição permanente, baseada na hierarquia e na disciplina, e ampliando formalmente suas competências para além da execução imediata, incluindo o planejamento, a coordenação, a supervisão e a emissão de pareceres técnicos (PARÁ, 2006).

Destaca-se que a própria Lei Complementar nº 053/2006 passou a prever, de forma expressa, a realização de “pesquisas técnico-científicas, estatísticas e exames técnicos relacionados às atividades de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública”, inserindo, ainda que de modo embrionário, a produção de conhecimento no rol das atribuições institucionais da PMPA. Tal previsão normativa representa um marco de transição ao reconhecer juridicamente a necessidade de fundamentação técnica e científica das práticas policiais, rompendo gradualmente com o modelo exclusivamente empírico que caracterizou períodos anteriores (PARÁ, 2006).

7469

Esse modelo histórico centrado na ação e na resposta operacional é posteriormente problematizado por Silva (2022), ao afirmar que a atuação policial militar no Brasil, e particularmente na PMPA, esteve por longo período apoiada em práticas empíricas pouco profissionalizadas, carecendo de um acervo teórico próprio oriundo das Ciências Policiais. Segundo o autor, a superação desse paradigma operacional-empírico constitui condição essencial para a oferta de uma segurança pública sustentável, baseada em dados, análises qualificadas e produção científica institucionalizada, o que fundamenta a criação de estruturas específicas voltadas à pesquisa no âmbito da corporação (SILVA, 2022).

Nas décadas mais recentes, observa-se uma transição progressiva desse modelo histórico, evidenciada pela modernização organizacional da PMPA. O Plano Estratégico da Polícia Militar do Pará 2015-2025 explicita a necessidade de alinhar tradição e crítica institucional, reconhecendo a importância do planejamento, da análise de cenários, da capacitação continuada e da produção de conhecimento como elementos estratégicos para o fortalecimento da atuação

policial. O documento destaca que a corporação passou a adotar métodos de gestão, indicadores, planejamento estratégico e revisão de processos como instrumentos para alcançar maior eficiência e legitimidade institucional (POLÍCIA MILITAR DO PARÁ, 2015).

Esse processo de amadurecimento institucional também se materializa na padronização técnico-operacional, como demonstrado pela aprovação do Manual de Policiamento Ostensivo Geral (POG), em 2024. O documento consolida conceitos, princípios, técnicas e procedimentos operacionais com base em critérios técnicos, jurídicos e científicos, evidenciando uma prática policial fundamentada em conhecimento sistematizado, e não apenas na experiência individual. A elaboração coletiva e normativa do POG, submetida à análise e aprovação da PM₃², reforça o papel da PMPA como produtora de conhecimento aplicado à segurança pública (POLÍCIA MILITAR DO PARÁ, 2024).

Nesse contexto, a criação da PM₈³ no âmbito do Estado-Maior Geral representa a consolidação institucional da produção científica na PMPA. Conforme analisado por Silva (2022), a PM₈ surge como estrutura organizacional destinada a fomentar, coordenar e difundir a pesquisa científica, a produção acadêmica e a integração com instituições de ensino superior, consolidando a transição da PMPA de uma corporação eminentemente operacional para uma instituição que produz, sistematiza e aplica conhecimento científico em suas práticas (SILVA, 2022).

7470

Organização institucional da produção científica como evidência de maturidade administrativa

A incorporação do olhar acadêmico pela Polícia Militar do Pará não se limita à valorização discursiva da pesquisa científica, mas se materializa na criação de instrumentos normativos formais que regulam, avaliam e validam a produção intelectual institucional. A publicação da Portaria nº 186/2025- GAB CMDO/PMPA, no Boletim Geral nº 182, de 1º de outubro de 2025, evidencia um elevado grau de organização administrativa ao estabelecer critérios objetivos para avaliação de artigos científicos produzidos por policiais militares, vinculando diretamente a produção acadêmica à ficha de avaliação funcional e à progressão na carreira. O documento define requisitos formais de publicação, parâmetros metodológicos, critérios de relevância, fundamentação teórica, qualidade da escrita, metodologia, resultados e conclusões, além de prever avaliação técnica por seção especializada, demonstrando que a

² PM₃/Seção do Estado-Maior geral da PMPA e exerce função de coordenação doutrinária e padronização técnico-operacional.

³ PM₈/ Seção do Estado-Maior Geral da PMPA e atua na dimensão científica, acadêmica e de pesquisa.

PMPA institucionalizou procedimentos próprios de governança do conhecimento, compatíveis com padrões acadêmicos externos e com a lógica da administração pública profissionalizada (POLÍCIA MILITAR DO PARÁ, 2025).

Esse normativo revela que a produção científica passou a ser tratada como atividade estratégica e regulada, e não como iniciativa individual ou episódica. Ao exigir que os artigos estejam publicados em periódicos com ISSN ou em eventos científicos reconhecidos, e ao submeter os trabalhos à avaliação técnica baseada em critérios explícitos e padronizados, a PMPA demonstra alinhamento com princípios de qualidade e controle. Tal estrutura normativa reforça o argumento de que a corporação avançou para um modelo organizacional no qual o conhecimento científico é integrado ao planejamento estratégico, à gestão de pessoas e à melhoria institucional contínua, fortalecendo sua capacidade de atuação em contextos complexos e de alta visibilidade. (POLÍCIA MILITAR DO PARÁ, 2025).

A aprovação do Manual de Normas para Elaboração de Manuais da PMPA, em 2024, por meio da Resolução nº 367/2024-GAB CMDO/PMPA faz parte desse movimento. O documento estabelece regras detalhadas quanto à linguagem, estrutura, metodologia, comissões de pesquisa, revisão ortográfica e científica, além de exigir conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Tal normativo evidencia que a produção de manuais na PMPA passa a obedecer a critérios acadêmicos formais, aproximando-se dos padrões adotados em instituições de ensino e pesquisa, e consolidando a produção de documentos técnicos como resultado de pesquisa aplicada e trabalho coletivo institucionalizado (POLÍCIA MILITAR DO PARÁ, 2024).

7471

As parcerias entre a Polícia Militar do Pará (PMPA) e universidades públicas expressam outra dimensão dos resultados advindos da consolidação do olhar acadêmico institucional. Um exemplo concreto é a colaboração entre a PMPA e a Universidade do Estado do Pará (UEPA), que resultou na realização de cursos de idiomas voltados à qualificação dos policiais militares em função da COP-30. Entre abril de 2024 e maio de 2025, a UEPA ofereceu um curso de inglês com 192 horas/aula para policiais militares, com o objetivo de qualificar a comunicação com visitantes estrangeiros durante o evento global, fortalecendo a capacidade de atendimento e recepção em contextos multilíngues e internacionalizados (UEPA, 2025; PMPA, 2025).

Essa parceria institucional também se estendeu a um acordo formal entre a PMPA e a UEPA para cursos de mandarim básico, voltados tanto à interação com cidadãos chineses quanto ao aprimoramento de habilidades linguísticas aplicáveis à segurança pública em grandes

eventos. Tal cooperação demonstra que o intercâmbio entre corporações policiais e universidades cria oportunidades de formação especializada que vão além da tradicional capacitação técnica militar (PMPA; UEPA, 2025).

Além das capacitações universitárias, a PMPA tem promovido eventos científicos internos que articulam produção acadêmica, reflexão institucional e integração com saberes externos. A realização do II Seminário Científico “PMPA em Revista”, por exemplo, reuniu pesquisadores, militares e estudiosos em um ambiente de debate sobre temas como saúde mental, ciências sociais aplicadas à segurança e integração entre ciência e prática policial, reafirmando a importância da disseminação do conhecimento científico dentro da corporação (POLÍCIA MILITAR DO PARÁ, 2025; AGÊNCIA PARÁ, 2025).

Esses eventos e parcerias acadêmicas revelam que a institucionalização da produção científica não se limita à publicação de periódicos e à criação de manuais normativos, mas se manifesta também em intercâmbio de saberes com instituições de ensino superior, promoção de debates científicos e capacitações especializadas que impactam diretamente a formação profissional dos policiais. Ao fortalecer a conexão entre acadêmicos, corporações policiais e universidades, a PMPA contribui não apenas para a qualificação técnica da tropa, mas para a construção de um ambiente institucional mais reflexivo, interdisciplinar e alinhado com os desafios contemporâneos da segurança pública.

7472

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho evidencia que as críticas historicamente direcionadas às Polícias Militares brasileiras associadas à truculência, à ausência de formação acadêmica e à inexistência de produção científica institucional correspondem a um contexto histórico específico, marcado por modelos organizacionais centrados na ação empírica, na hierarquia rígida e na resposta coercitiva. As contribuições de Kant de Lima (1995), Muniz (1999), Caldeira (2000) e Zaffaroni (2007) foram fundamentais para revelar os limites desse paradigma e tensionar o debate sobre a legitimidade democrática e a profissionalização das forças policiais.

Todavia, os resultados apresentados demonstram que tais interpretações não são suficientes para compreender as transformações institucionais recentes observadas no campo da segurança pública, em especial no âmbito das Polícias Militares. A consolidação da produção científica militar como fenômeno institucional revela-se diretamente associada às reformas

administrativas do Estado, à incorporação da Nova Gestão Pública e à redefinição do papel das corporações policiais, conforme analisado por Veiga e Souza (2018). Esse movimento reposiciona a segurança pública como política baseada em planejamento, qualificação permanente e produção sistematizada de conhecimento.

No plano normativo e educacional, a criação da Matriz Curricular Nacional, o reconhecimento dos cursos superiores de tecnologia em segurança pública e a institucionalização do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) representaram marcos decisivos para a valorização da educação permanente, da pesquisa aplicada e da aproximação entre polícia e universidades. A produção científica deixa, assim, de ser iniciativa individual ou periférica, passando a integrar estratégias de governança, profissionalização e desenvolvimento organizacional, ainda que, como aponta Sentone (2023), persistam desafios quanto à profundidade e à diversificação temática das pesquisas.

No caso específico da Polícia Militar do Pará, a trajetória histórica analisada evidencia uma transição progressiva de uma corporação eminentemente operacional para uma instituição que reconhece o conhecimento científico como elemento estratégico. A incorporação formal da pesquisa técnico-científica em sua legislação básica, a modernização da gestão institucional, a padronização técnico-operacional por meio de manuais normativos e a criação de estruturas específicas, como a PM8, demonstram um elevado grau de maturidade administrativa e organizacional.

7473

Destaca-se, ainda, que a institucionalização da produção científica na PMPA não se limita à normatização interna. As parcerias com universidades públicas, a promoção de capacitações acadêmicas, a realização de eventos científicos e a criação de critérios formais de avaliação da produção intelectual revelam um ambiente organizacional cada vez mais reflexivo, interdisciplinar e alinhado às demandas contemporâneas da segurança pública, inclusive em contextos de alta complexidade e visibilidade internacional.

Dessa forma, conclui-se que a produção científica militar, especialmente no âmbito da PMPA, deve ser compreendida não como ruptura abrupta com o passado, mas como resultado de um processo histórico de transição institucional, impulsionado por reformas do Estado, críticas acadêmicas, demandas sociais e avanços normativos. Ao integrar ciência, prática policial e gestão pública, a PMPA contribui para a construção de um modelo de segurança pública mais qualificado, transparente e legitimado socialmente, reafirmando o papel do conhecimento científico como eixo estruturante da atuação policial contemporânea.

REFERÊNCIAS

BITTNER, Egon. *As funções da polícia na sociedade moderna*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BRASIL. Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018. Institui a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e cria o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 12 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação; Ministério da Justiça. Portaria Interministerial nº 258-A, de 30 de dezembro de 2010. Cria, no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, o eixo tecnológico Segurança e aprova a inclusão dos cursos superiores de tecnologia em segurança pública, serviços penais e segurança do trânsito. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 31 dez. 2010.

CALDEIRA, Teresa P. R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000.

KANT DE LIMA, Roberto. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. *Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.

OLIVEIRA, Aline de; JACONDINO, Marcelo. Educação permanente e qualificação profissional no Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 45–63, 2022.

7474

PARÁ. Lei Complementar nº 053, de 7 de fevereiro de 2006. Dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo da Polícia Militar do Pará, e dá outras providências. Belém: Assembleia Legislativa do Estado do Pará, 2006.

PARÁ. Lei Complementar nº 053, de 7 de fevereiro de 2006. Atualizada pelas Leis Complementares nº 104, de 18 de janeiro de 2016, e nº 126, de 13 de janeiro de 2020. Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Pará. Belém: Assembleia Legislativa do Estado do Pará, 2006.

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ. *Anuário PMPA 2019–2020: Avante PMPA!* Belém: Polícia Militar do Pará, 2020.

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ. *Manual de Policiamento Ostensivo Geral (POG): Volume I*. Aprovado pela Resolução nº 376/2024 – GAB CMDO/PMPA, publicada no Aditamento ao Boletim Geral nº 220 II, de 27 de novembro de 2024. Belém: Polícia Militar do Pará, 2024.

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ. *Plano Estratégico da Polícia Militar do Pará 2015–2025*. Belém: Polícia Militar do Pará, 2015.

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ. Portaria nº 186/2025 – GAB CMDO/PMPA. Dispõe sobre os critérios de avaliação de artigos científicos publicados para fins de pontuação funcional. *Boletim Geral* nº 182, Belém, 1º out. 2025.

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ. PMPA realiza o II Seminário Científico “PMPA em Revista” e fortalece a produção do conhecimento científico institucional. Belém, 2025. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/70309/policia-militar-realiza-ii-seminario-cientifico-para-fortalecer-aplicacao-do-conhecimento-na-seguranca-publica>. Acesso em: 10 dez. 2025.

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ (PMPA). PMPA firma parceria com a UEPA para capacitação em idiomas de policiais militares para a COP-30. Belém, 2025. Disponível em: <https://www.pm.pa.gov.br/component/content/article/80-blog/news/8298-pmpa-e-uepa-celebram-acordo-para-capacitar-policiais-militares-em-idomas-para-cop-30.html>. Acesso em: 10 dez. 2025.

REINER, Robert. A política da polícia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SENTONE, Matheus Henrique. Produção científica sobre a Polícia Militar no Brasil: uma revisão sistemática (2010–2022). *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 235–258, 2023.

SILVA, Alex Gabriel Gonçalves da. A produção científica na PMPA e a criação da PM-8/EMG. PMPA em Revista, Belém: NUPESQ/PMPA, v. 1, n. 2, p. 116–119, jul./dez. 2022.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ (UEPA). UEPA oferece curso de inglês para policiais militares visando à atuação durante a COP-30. Belém, 2025. Disponível em: <https://www.uepa.br/content/pms-se-formam-em-curso-de-ingles-ofertado-pela-uepa-para-atuacao-na-cop-30>. Acesso em: 10 dez. 2025.

VEIGA, Ana Paula; SOUZA, Edson Luiz André de. Formação policial militar e reforma do Estado: impactos da Nova Gestão Pública. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 45–60, 2018.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. O inimigo no direito penal. Rio de Janeiro: Revan, 2007.